



MUNICÍPIO DE VACARIA

MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE VACARIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Ramiro Barcelos, nº 915, inscrito no CNPJ sob o nº 87.866.745/0001-16, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **ELÓI POLTRONIERI**, brasileiro, casado, pedagogo, residente e domiciliado nesta Cidade de Vacaria, RS, inscrito no CPF sob o nº 659.727.400-87, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, no Município de, , neste ato representada, o Sr., , residente e domiciliado na Rua, nº, , no Município de, , inscrito no CPF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, com base no Pregão Presencial nº 36/2015 e com fundamento nas Leis Federais 8.666/1993 e 10.520/2002, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas e condições:

1ª - O MUNICÍPIO contrata a **CONTRATADA** para fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h, fornecimento de software help-desk e serviço de gerenciamento de TI, para suprir as necessidades da Central de Processamento de Dados do Município – CPD, que precisa dos softwares para funcionamento, suporte e assessoramento na Rede Wireless proprietária do Município, onde há a trafegabilidade de dados entre as Secretarias, Escolas, Postos de Saúde e Administração, além de outros serviços como controle de banda, acessos, bloqueios/desbloqueios de portas que compreendem a segurança das informações por onde trafegam, bem como a assessoria em Gestão de Processo de tecnologia da informação na infra-estrutura, segurança e administração das redes Lan, Wan e Vlan.

§ 1º – A CONTRATADA deverá, quanto ao fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h:

I - fornecer Software de Monitoramento 24 Hs, com métodos de pesquisa em Protocolos ICMP, IPX e NetBIOS, com métodos de alarme nos seguintes requisitos/modos mínimos:

- Sonoros;
- e-mail;
- discagem para número de selecionável;
- Suporte a SNMP;
- Editor de mapas orientado a objeto;
- Webserver para acesso externo ao software;
- Relatório de Estatísticas de UP/DOW por dispositivo cadastrado;
- Log de Atividades, TRAPs SNMP, Logs de sistema e logs para Debug;
- Ferramenta para detecção de dispositivos na rede, e detecção de serviços;
- Sem limites de dispositivos monitorados.

a) Os sistemas acima descritos deverá ser realizado em cima de software fornecido pela **CONTRATADA**, licenciado (com licenças renováveis durante o prazo do contrato) ou em regime de comodato, com as características mínimas solicitadas.

b) Valor estimado mensal: R\$ ();

II - prestar o seguinte serviço:



MUNICÍPIO DE VACARIA

Suporte on-line (Help-Desk, com protocolo digital) e intervenção técnica presencial, quando exigido, durante a vigência do contrato em dias úteis e horário comercial. Tanto o suporte on-line, como o suporte presencial, deverão respeitar ao tempo de atendimento: **Máximo de 06 horas e tempo de solução em até 24 horas**. Quando necessária a troca de equipamentos, a empresa deverá realizá-lo, sem custos, em regime de comodato até a aquisição/reparo e troca do equipamento/software pelo Município.

a) O Software ou Hardwares fornecidos temporariamente deverão possuir certificação da empresa detentora das tecnologias implantadas, na sua integridade, até a aquisição/troca do equipamento/software pelo município. Como por exemplo, substituição de rádios e routerboards, etc.

b) Valor estimado mensal: R\$ ();

III – O valor total/global estimado mensal é de R\$ (), sendo que o valor total/global estimado anual é de R\$ (), para o fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h.

§ 2º - A **CONTRATADA** deverá, quanto ao fornecimento de software help-desk:

I - fornecer Software Help-Desk, do tipo proprietário, com disponibilidades de manutenção, atualizações e intervenções de adequação técnica para os serviços específicos em cada setor ou segmento definido por nosso TI (5 segmentos um controle individual por segmento e global), devendo possuir os seguintes requisitos mínimos:

- Desenvolvida em Código PHP criptografado, para rodar em Servidor Web Apache 1.3.37;
- Gravação dos dados em Banco de Dados Relacional MySQL, versão 4.1.22;
- Suporte a segurança por nível de Usuário, com controle por interface web e repositório dos dados em Banco de Dados Relacional;
- Controle de acesso por Usuário/Grupo;
- Relatório de chamados (ticket's), com os dados mantidos em Banco de Dados Relacional;
- Controle de acesso por sessão;
- Visualização e impressão de ticket's, com todo o seu histórico;
- Notificações por email de abertura, resposta licitante e para o Cliente;
- Gerenciamento de ticket's possibilitando, re-abertura de um ou mais ticket's;
- Possibilidade de enviar mensagens Privadas;
- Filtro por e-mail, palavra-chave categoria, status ordenado por ticket, prioridade, data e categoria especificando quantos registros por página;
- Deverá ter a disponibilidade de Help-Desk para os serviços de chamadas em qualquer dia ou horário fornecendo protocolo digital do mesmo.

a) Valor total/global estimado mensal é de R\$ (); Contemplando o fornecimento, manutenção e intervenção no software, sendo que o valor total/global estimado anual é de R\$ ().

§ 3º – A **CONTRATADA** deverá, quanto ao serviço de gerenciamento de TI:

I – disponibilizar um profissional na área de TI – Tecnologia da Informação para assessoria em Gestão de Processo de tecnologia da informação para o Município e na infraestrutura,



MUNICÍPIO DE VACARIA

segurança e administração das redes Lan, Wan e Vlan.

II – disponibilizar assessoria técnica permanente durante a vigência do contrato, em dias úteis, com, no mínimo, 01 (uma) visita presencial por mês, durante os 12 (doze) meses de contrato, em dias úteis, no horário de expediente da Administração, com tempo de atendimento mínimo de visita de 06 (seis) horas, verificando situações específicas, elaborando projetos e orientando atividades relacionadas a administração de redes LAN/WAN/VLAN e seus correlatos.

III - Os serviços, durante o prazo contratual, devem basear-se em:

- Administração, monitoramento e orientação na configuração de perfis de usuários de rede;
- Visualização de demandas de solicitações de subgrupos de acesso de upload e download com controle de utilização de link por usuário e consumo de banda;
- Orientar a gestão eficiente de demanda e controle de preferências de banda visando agilidade de processos em rede;
- Buscar otimização da navegação por perfis de usuários na rede;
- Monitorar e orientar na defesa de atividades possivelmente danosas às redes e Integridade de informação que nelas trafega;
- Orientação em processo de detecção e isolamento de atividades danosas a rede;
- Desenvolver metodologia preventiva e identificação de situações danosas à rede e à integridade de dados que nela trafegam, bem como ao ambiente interno;
- Desenvolver e orientar técnicas de controle de acessos externos e internos e formas de monitoramento;
- Orientar e coordenar ambientações de equipamentos e softwares na rede WAN/LAN, inclusive na elaboração e manutenção de memoriais descritivos;
- Promover orientação e desenvolvimento de otimização de tempo e recursos de rede e maximização de uso das ferramentas existentes, promovendo gestão de incidentes e orientação na redução dos mesmos;
- Orientar na documentação e administração de processos evolutivos de gestão de TI;
- Outras atividades pertinentes ao manejo e desenvolvimento de uso das ferramentas de rede LAN/WAN/VLAN da administração.

a) sendo a informação um patrimônio, um bem que agrega valor e dá sentido às atividades que a utilizam, é necessário fazer uso de recursos de TI de maneira apropriada, ou seja, é preciso utilizar ferramentas, sistemas ou outros meios que façam das informações um diferencial.



MUNICÍPIO DE VACARIA

b) o profissional deverá buscar soluções que tragam resultados realmente relevantes, isto é, que permitam transformar as informações em algo com valor maior, sem deixar de considerar o aspecto do menor custo possível.

c) durante o prazo do contrato (12 meses), o **MUNICÍPIO** solicitará, além dos demais serviços prestados mensalmente, que o profissional apresente, no mínimo, 01 (um) projeto viável de melhorias na área de tecnologia. A apresentação deste projeto, não obriga o **MUNICÍPIO** a realizá-lo, mas é condição necessária, conforme entendimento do Setor Tecnológico Municipal, para futura prorrogação dos serviços.

d) a aceitação do projeto, como válido, e a prorrogação do contrato, reajustável pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, dependerá do aval do setor técnico de tecnologia do Município CPD (Central de Processamento de Dados).

e) em caso de prorrogação de contrato, o profissional da **CONTRATADA** deverá apresentar novo projeto, referente aos 12 (doze) meses posteriores e assim, sucessivamente, até o limite legal.

f) o descumprimento reiterado dos serviços como:

- 1) falta/carência de assessoramento;
- 2) não realização do número mínimo de suportes presenciais;
- 3) falhas/danos em equipamentos, serviços e softwares, que possam ocasionar prejuízo a Administração;
- 4) não apresentação de projetos;
- 5) demais serviços pertinentes ao objeto contratado;

Podem ocasionar as seguintes sanções:

No caso do item 1 – Rescisão do contrato ou advertência e multa (conforme edital);

No caso do item 2 – Advertência e desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal contratado;

No caso do item 3 – Rescisão do contrato, ressarcimento dos prejuízos ocasionados, independentemente de multa e suspensão ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

No caso do item 4 – Desconto de 100% referente a última parcela contratual e, a critério do CPD, não prorrogação do contrato;

No caso do item 5 – Conforme a situação, multa, independentemente das demais sanções previstas no edital.

g) O valor total/global estimado mensal dos serviços é de R\$ (), sendo que o valor total/global estimado anual dos serviços: R\$ ().

2ª - A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Fax ou endereço de e-mail para receber as comunicações oficiais, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, sob sua inteira responsabilidade, devendo comunicar à CPD qualquer alteração de dados.

3ª - O descumprimento das cláusulas estabelecidas neste contrato e no edital de licitação acarretará nas sanções dispostas neste instrumento, bem como no item 10 do edital do



MUNICÍPIO DE VACARIA

Pregão Presencial nº 36/2015 e na legislação pertinente.

4ª - Todo e qualquer fornecimento de serviço/material fora do estabelecido neste contrato ocasionará a imediata notificação da **CONTRATADA**, que ficará obrigada a substituí-lo prontamente, por sua conta e risco, sendo aplicadas, também, as sanções previstas no item 10 do edital de licitação e neste contrato.

5ª - O valor mensal a ser pago pelo **MUNICÍPIO** é de R\$ (), perfazendo, o presente contrato, o valor total/global de R\$ ().

6ª - Os pagamentos serão efetuados conforme o estabelecido no item 08 do Pregão Presencial nº 36/2015, da seguinte forma:

a) Pela execução dos serviços, o pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da nota fiscal, após a autorização, por escrito, da CPD – Central de Procedimento de Dados, de que o serviço/fornecimento foi realizado corretamente, com preço fixo e sem reajuste.

b) Ao emitir a nota fiscal, a **FORNECEDORA** deverá fazer constar, além do nº do edital (Pregão Presencial nº 36/2015), Município de Vacaria, a especificação do(s) item(s), nº do(s) item(s), nº do(s) empenho(s) correspondente(s), sob pena de ter de refazê-la.

c) Para fins de pagamento, a **FORNECEDORA** deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do produto/serviço.

d) Alguns descontos ou multas poderão ser aplicados, conforme sanções aplicadas à **CONTRATADA**.

7ª – O contrato vigorará por doze meses, ou seja, da presente data até o dia de de 201, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério do **MUNICÍPIO**, até o limite legal.

§ 1º – A execução estimada do serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite legal, a critério da Administração, com o aval do CPD, de que os fornecimentos/serviços foram executados corretamente.

§ 2º - Caso o contrato ultrapasse doze meses, o mesmo poderá ser reajustado monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

8ª – Para a fiscalização do objeto deste contrato, o **MUNICÍPIO** designa o Diretor da Central de Processamento de Dados - CPD, responsável pelo objeto, ou outro expressamente designado por este, que fará a fiscalização nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato de cada parcela executada, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade, quantidade e características do objeto e a consequente aceitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório, nos



MUNICÍPIO DE VACARIA

termos da alínea anterior.

Parágrafo Único - quando da verificação, se o objeto não atender às especificações solicitadas, serão aplicadas a **CONTRATADA** as sanções previstas no subitem 10.2.1 do edital do Pregão Presencial 36/2015.

9ª - O **MUNICÍPIO** poderá rescindir unilateralmente o presente contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

10ª - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

11ª - A **CONTRATADA** deverá durante toda a vigência do presente contrato manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 36/2015.

12ª - A **CONTRATADA** reconhece todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

13ª - O **MUNICÍPIO** poderá aplicar a **CONTRATADA** as sanções previstas no item 10 do edital do Pregão Presencial nº 36/2015, a seguir descritas:

I – ADVERTÊNCIA

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

b) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

II – MULTA

O **MUNICÍPIO** poderá aplicar à **FORNECEDORA** multa moratória e multa por inexecução contratual:

a) MULTA MORATÓRIA

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, entrega/execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos.

a.1) A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

a.2) A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por



MUNICÍPIO DE VACARIA

infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

b) MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

b.1) A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

b.2) O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da **CONTRATADA** implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser não celebrado/rescindido o contrato e imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses), independente de multa.

III – IMPEDIMENTO DE LICITAR

Nos termos do Art. 7º da Lei nº. 10.520/02, a **FORNECEDORA**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Vacaria, nos casos de:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não-manutenção da proposta ou lance verbal;
- d) fraude ou falha na execução do contrato;
- e) comportamento inidôneo ou cometer fraude fiscal.

IV - O descumprimento das seguintes situações, podem ocasionar as seguintes sanções à **CONTRATADA**:

- a) Falta/carência de assessoramento: Rescisão do contrato ou advertência e multa;
- b) Não realização do número mínimo de suportes presenciais: Advertência e desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal contratado;
- c) Falhas/danos em equipamentos, serviços e softwares, que possam ocasionar prejuízo à Administração: Rescisão do contrato, ressarcimento dos prejuízos ocasionados, independentemente de multa e suspensão ou declaração de inidoneidade (impedimento de licitar) para licitar com a Administração Pública;
- d) Não apresentação de projetos: Desconto de 100% referente à última parcela contratual e, a critério do CPD, não prorrogação do contrato;
- e) Demais serviços pertinentes ao objeto contratado: multa (10.2.1), independentemente das demais sanções previstas no edital.

Parágrafo Único - As penalidades previstas no edital do certame e neste contrato poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, sendo facultado a **CONTRATADA** o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.



MUNICÍPIO DE VACARIA

14ª - No presente ato de assinatura, a **FORNECEDORA** comprova a prestação de garantia de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, em favor do **MUNICÍPIO**, através de, através de, no valor de R\$ (), em conformidade com o subitem 7.4 do Pregão Presencial nº 36/2015.

§ 1º - A garantia prestada será liberada ou restituída ao término da vigência do contrato, caso não seja utilizada nas hipóteses previstas no § 3º, do artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º - A garantia reverterá em favor do **MUNICÍPIO**, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da **FORNECEDORA**, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabível.

§ 3º - Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida será atualizada monetariamente.

§ 4º - A garantia somente será liberada após o termo da vigência deste contrato.

15ª - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

16ª - Todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, tributários, fretes, tarifas, descargas, transportes, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham incidir sobre o objeto do contrato são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

17ª - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nas compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18ª - Em caso de reclamação, a **CONTRATADA** deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MUNICÍPIO**, sempre via protocolo de entrega.

19ª - Caso a **CONTRATADA** não satisfaça suas obrigações, será notificada via protocolo, a qual servirá com prova da mora, e no caso de descumprimento do determinado ou reincidência sofrerá as penalidades previstas no presente instrumento e no edital de licitação.

20ª - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pelas consequências decorrentes de acidentes de trânsito e de trabalho eventualmente ocorridos.

Parágrafo Único: Tal responsabilidade refere-se a todos os termos e consequências que possam advir de um acidente, em especial a responsabilidade civil.

21ª - A **CONTRATADA** é a responsável pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo



MUNICÍPIO DE VACARIA

órgão interessado.

22ª – Para fiscalização do presente contrato, o **MUNICÍPIO** designa o Diretor de Tecnologia e Informação, Sr. Alessandro Nélío Borges, ou outro servidor por este expressamente designado.

23ª – O **MUNICÍPIO** publicará súmula deste contrato na imprensa oficial.

24ª - Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria, RS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Vacaria, de de 2015.

ELÓI POLTRONIERI
Prefeito Municipal

Representante Legal da **CONTRATADA**

GILBERTO WOLSCHICK
Procurador-Geral do Município

Testemunhas:

Marcelo Ceron de Azevedo
Secretário Municipal de Gestão e Finanças

Alessandro Nélío Borges
Diretor de Tecnologia e Informação



MUNICÍPIO DE VACARIA

MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE VACARIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Ramiro Barcelos, nº 915, inscrito no CNPJ sob o nº 87.866.745/0001-16, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **ELÓI POLTRONIERI**, brasileiro, casado, pedagogo, residente e domiciliado nesta Cidade de Vacaria, RS, inscrito no CPF sob o nº 659.727.400-87, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua, nº, no Município de, , neste ato representada, o Sr., , residente e domiciliado na Rua, nº, , no Município de, , inscrito no CPF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, com base no Pregão Presencial nº 36/2015 e com fundamento nas Leis Federais 8.666/1993 e 10.520/2002, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas e condições:

1ª - O MUNICÍPIO contrata a **CONTRATADA** para fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h, fornecimento de software help-desk e serviço de gerenciamento de TI, para suprir as necessidades da Central de Processamento de Dados do Município – CPD, que precisa dos softwares para funcionamento, suporte e assessoramento na Rede Wireless proprietária do Município, onde há a trafegabilidade de dados entre as Secretarias, Escolas, Postos de Saúde e Administração, além de outros serviços como controle de banda, acessos, bloqueios/desbloqueios de portas que compreendem a segurança das informações por onde trafegam, bem como a assessoria em Gestão de Processo de tecnologia da informação na infra-estrutura, segurança e administração das redes Lan, Wan e Vlan.

§ 1º – A CONTRATADA deverá, quanto ao fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h:

I - fornecer Software de Monitoramento 24 Hs, com métodos de pesquisa em Protocolos ICMP, IPX e NetBIOS, com métodos de alarme nos seguintes requisitos/modos mínimos:

- Sonoros;
- e-mail;
- discagem para número de selecionável;
- Suporte a SNMP;
- Editor de mapas orientado a objeto;
- Webserver para acesso externo ao software;
- Relatório de Estatísticas de UP/DOW por dispositivo cadastrado;
- Log de Atividades, TRAPs SNMP, Logs de sistema e logs para Debug;
- Ferramenta para detecção de dispositivos na rede, e detecção de serviços;
- Sem limites de dispositivos monitorados.

a) Os sistemas acima descritos deverá ser realizado em cima de software fornecido pela **CONTRATADA**, licenciado (com licenças renováveis durante o prazo do contrato) ou em regime de comodato, com as características mínimas solicitadas.

b) Valor estimado mensal: R\$ ();

II - prestar o seguinte serviço:



MUNICÍPIO DE VACARIA

Suporte on-line (Help-Desk, com protocolo digital) e intervenção técnica presencial, quando exigido, durante a vigência do contrato em dias úteis e horário comercial. Tanto o suporte on-line, como o suporte presencial, deverão respeitar ao tempo de atendimento: **Máximo de 06 horas e tempo de solução em até 24 horas**. Quando necessária a troca de equipamentos, a empresa deverá realizá-lo, sem custos, em regime de comodato até a aquisição/reparo e troca do equipamento/software pelo Município.

a) O Software ou Hardwares fornecidos temporariamente deverão possuir certificação da empresa detentora das tecnologias implantadas, na sua integridade, até a aquisição/troca do equipamento/software pelo município. Como por exemplo, substituição de rádios e routerboards, etc.

b) Valor estimado mensal: R\$ ();

III – O valor total/global estimado mensal é de R\$ (), sendo que o valor total/global estimado anual é de R\$ (), para o fornecimento e serviço de software de monitoramento 24h.

§ 2º - A **CONTRATADA** deverá, quanto ao fornecimento de software help-desk:

I - fornecer Software Help-Desk, do tipo proprietário, com disponibilidades de manutenção, atualizações e intervenções de adequação técnica para os serviços específicos em cada setor ou segmento definido por nosso TI (5 segmentos um controle individual por segmento e global), devendo possuir os seguintes requisitos mínimos:

- Desenvolvida em Código PHP criptografado, para rodar em Servidor Web Apache 1.3.37;
- Gravação dos dados em Banco de Dados Relacional MySQL, versão 4.1.22;
- Suporte a segurança por nível de Usuário, com controle por interface web e repositório dos dados em Banco de Dados Relacional;
- Controle de acesso por Usuário/Grupo;
- Relatório de chamados (ticket's), com os dados mantidos em Banco de Dados Relacional;
- Controle de acesso por sessão;
- Visualização e impressão de ticket's, com todo o seu histórico;
- Notificações por email de abertura, resposta licitante e para o Cliente;
- Gerenciamento de ticket's possibilitando, re-abertura de um ou mais ticket's;
- Possibilidade de enviar mensagens Privadas;
- Filtro por e-mail, palavra-chave categoria, status ordenado por ticket, prioridade, data e categoria especificando quantos registros por página;
- Deverá ter a disponibilidade de Help-Desk para os serviços de chamadas em qualquer dia ou horário fornecendo protocolo digital do mesmo.

a) Valor total/global estimado mensal é de R\$ (); Contemplando o fornecimento, manutenção e intervenção no software, sendo que o valor total/global estimado anual é de R\$ ().

§ 3º – A **CONTRATADA** deverá, quanto ao serviço de gerenciamento de TI:

I – disponibilizar um profissional na área de TI – Tecnologia da Informação para assessoria em Gestão de Processo de tecnologia da informação para o Município e na infraestrutura,



MUNICÍPIO DE VACARIA

segurança e administração das redes Lan, Wan e Vlan.

II – disponibilizar assessoria técnica permanente durante a vigência do contrato, em dias úteis, com, no mínimo, 01 (uma) visita presencial por mês, durante os 12 (doze) meses de contrato, em dias úteis, no horário de expediente da Administração, com tempo de atendimento mínimo de visita de 06 (seis) horas, verificando situações específicas, elaborando projetos e orientando atividades relacionadas a administração de redes LAN/WAN/VLAN e seus correlatos.

III - Os serviços, durante o prazo contratual, devem basear-se em:

- Administração, monitoramento e orientação na configuração de perfis de usuários de rede;
- Visualização de demandas de solicitações de subgrupos de acesso de upload e download com controle de utilização de link por usuário e consumo de banda;
- Orientar a gestão eficiente de demanda e controle de preferências de banda visando agilidade de processos em rede;
- Buscar otimização da navegação por perfis de usuários na rede;
- Monitorar e orientar na defesa de atividades possivelmente danosas às redes e Integridade de informação que nelas trafega;
- Orientação em processo de detecção e isolamento de atividades danosas a rede;
- Desenvolver metodologia preventiva e identificação de situações danosas à rede e à integridade de dados que nela trafegam, bem como ao ambiente interno;
- Desenvolver e orientar técnicas de controle de acessos externos e internos e formas de monitoramento;
- Orientar e coordenar ambientações de equipamentos e softwares na rede WAN/LAN, inclusive na elaboração e manutenção de memoriais descritivos;
- Promover orientação e desenvolvimento de otimização de tempo e recursos de rede e maximização de uso das ferramentas existentes, promovendo gestão de incidentes e orientação na redução dos mesmos;
- Orientar na documentação e administração de processos evolutivos de gestão de TI;
- Outras atividades pertinentes ao manejo e desenvolvimento de uso das ferramentas de rede LAN/WAN/VLAN da administração.

a) sendo a informação um patrimônio, um bem que agrega valor e dá sentido às atividades que a utilizam, é necessário fazer uso de recursos de TI de maneira apropriada, ou seja, é preciso utilizar ferramentas, sistemas ou outros meios que façam das informações um diferencial.



MUNICÍPIO DE VACARIA

b) o profissional deverá buscar soluções que tragam resultados realmente relevantes, isto é, que permitam transformar as informações em algo com valor maior, sem deixar de considerar o aspecto do menor custo possível.

c) durante o prazo do contrato (12 meses), o **MUNICÍPIO** solicitará, além dos demais serviços prestados mensalmente, que o profissional apresente, no mínimo, 01 (um) projeto viável de melhorias na área de tecnologia. A apresentação deste projeto, não obriga o **MUNICÍPIO** a realizá-lo, mas é condição necessária, conforme entendimento do Setor Tecnológico Municipal, para futura prorrogação dos serviços.

d) a aceitação do projeto, como válido, e a prorrogação do contrato, reajustável pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, dependerá do aval do setor técnico de tecnologia do Município CPD (Central de Processamento de Dados).

e) em caso de prorrogação de contrato, o profissional da **CONTRATADA** deverá apresentar novo projeto, referente aos 12 (doze) meses posteriores e assim, sucessivamente, até o limite legal.

f) o descumprimento reiterado dos serviços como:

- 1) falta/carência de assessoramento;
- 2) não realização do número mínimo de suportes presenciais;
- 3) falhas/danos em equipamentos, serviços e softwares, que possam ocasionar prejuízo a Administração;
- 4) não apresentação de projetos;
- 5) demais serviços pertinentes ao objeto contratado;

Podem ocasionar as seguintes sanções:

No caso do item 1 – Rescisão do contrato ou advertência e multa (conforme edital);

No caso do item 2 – Advertência e desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal contratado;

No caso do item 3 – Rescisão do contrato, ressarcimento dos prejuízos ocasionados, independentemente de multa e suspensão ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

No caso do item 4 – Desconto de 100% referente a última parcela contratual e, a critério do CPD, não prorrogação do contrato;

No caso do item 5 – Conforme a situação, multa, independentemente das demais sanções previstas no edital.

g) O valor total/global estimado mensal dos serviços é de R\$ (), sendo que o valor total/global estimado anual dos serviços: R\$ ().

2ª - A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Fax ou endereço de e-mail para receber as comunicações oficiais, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, sob sua inteira responsabilidade, devendo comunicar à CPD qualquer alteração de dados.

3ª - O descumprimento das cláusulas estabelecidas neste contrato e no edital de licitação acarretará nas sanções dispostas neste instrumento, bem como no item 10 do edital do



MUNICÍPIO DE VACARIA

Pregão Presencial nº 36/2015 e na legislação pertinente.

4ª - Todo e qualquer fornecimento de serviço/material fora do estabelecido neste contrato ocasionará a imediata notificação da **CONTRATADA**, que ficará obrigada a substituí-lo prontamente, por sua conta e risco, sendo aplicadas, também, as sanções previstas no item 10 do edital de licitação e neste contrato.

5ª - O valor mensal a ser pago pelo **MUNICÍPIO** é de R\$ (), perfazendo, o presente contrato, o valor total/global de R\$ ().

6ª - Os pagamentos serão efetuados conforme o estabelecido no item 08 do Pregão Presencial nº 36/2015, da seguinte forma:

a) Pela execução dos serviços, o pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da nota fiscal, após a autorização, por escrito, da CPD – Central de Procedimento de Dados, de que o serviço/fornecimento foi realizado corretamente, com preço fixo e sem reajuste.

b) Ao emitir a nota fiscal, a **FORNECEDORA** deverá fazer constar, além do nº do edital (Pregão Presencial nº 36/2015), Município de Vacaria, a especificação do(s) item(s), nº do(s) item(s), nº do(s) empenho(s) correspondente(s), sob pena de ter de refazê-la.

c) Para fins de pagamento, a **FORNECEDORA** deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do produto/serviço.

d) Alguns descontos ou multas poderão ser aplicados, conforme sanções aplicadas à **CONTRATADA**.

7ª – O contrato vigorará por doze meses, ou seja, da presente data até o dia de de 201, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério do **MUNICÍPIO**, até o limite legal.

§ 1º – A execução estimada do serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite legal, a critério da Administração, com o aval do CPD, de que os fornecimentos/serviços foram executados corretamente.

§ 2º - Caso o contrato ultrapasse doze meses, o mesmo poderá ser reajustado monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

8ª – Para a fiscalização do objeto deste contrato, o **MUNICÍPIO** designa o Diretor da Central de Processamento de Dados - CPD, responsável pelo objeto, ou outro expressamente designado por este, que fará a fiscalização nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato de cada parcela executada, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade, quantidade e características do objeto e a consequente aceitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório, nos



MUNICÍPIO DE VACARIA

termos da alínea anterior.

Parágrafo Único - quando da verificação, se o objeto não atender às especificações solicitadas, serão aplicadas a **CONTRATADA** as sanções previstas no subitem 10.2.1 do edital do Pregão Presencial 36/2015.

9ª - O **MUNICÍPIO** poderá rescindir unilateralmente o presente contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

10ª - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

11ª - A **CONTRATADA** deverá durante toda a vigência do presente contrato manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 36/2015.

12ª - A **CONTRATADA** reconhece todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

13ª - O **MUNICÍPIO** poderá aplicar a **CONTRATADA** as sanções previstas no item 10 do edital do Pregão Presencial nº 36/2015, a seguir descritas:

I – ADVERTÊNCIA

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

b) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

II – MULTA

O **MUNICÍPIO** poderá aplicar à **FORNECEDORA** multa moratória e multa por inexecução contratual:

a) MULTA MORATÓRIA

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, entrega/execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos.

a.1) A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

a.2) A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por



MUNICÍPIO DE VACARIA

infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses).

b) MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

b.1) A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

b.2) O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da **CONTRATADA** implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser não celebrado/rescindido o contrato e imputada à **CONTRATADA** a pena prevista no inc. III, pelo prazo de até 60 (sessenta meses), independente de multa.

III – IMPEDIMENTO DE LICITAR

Nos termos do Art. 7º da Lei nº. 10.520/02, a **FORNECEDORA**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Vacaria, nos casos de:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não-manutenção da proposta ou lance verbal;
- d) fraude ou falha na execução do contrato;
- e) comportamento inidôneo ou cometer fraude fiscal.

IV - O descumprimento das seguintes situações, podem ocasionar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- a) Falta/carência de assessoramento: Rescisão do contrato ou advertência e multa;
- b) Não realização do número mínimo de suportes presenciais: Advertência e desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal contratado;
- c) Falhas/danos em equipamentos, serviços e softwares, que possam ocasionar prejuízo à Administração: Rescisão do contrato, ressarcimento dos prejuízos ocasionados, independentemente de multa e suspensão ou declaração de inidoneidade (impedimento de licitar) para licitar com a Administração Pública;
- d) Não apresentação de projetos: Desconto de 100% referente à última parcela contratual e, a critério do CPD, não prorrogação do contrato;
- e) Demais serviços pertinentes ao objeto contratado: multa (10.2.1), independentemente das demais sanções previstas no edital.

Parágrafo Único - As penalidades previstas no edital do certame e neste contrato poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, sendo facultado a **CONTRATADA** o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.



MUNICÍPIO DE VACARIA

14ª - No presente ato de assinatura, a **FORNECEDORA** comprova a prestação de garantia de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, em favor do **MUNICÍPIO**, através de, através de, no valor de R\$ (), em conformidade com o subitem 7.4 do Pregão Presencial nº 36/2015.

§ 1º - A garantia prestada será liberada ou restituída ao término da vigência do contrato, caso não seja utilizada nas hipóteses previstas no § 3º, do artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º - A garantia reverterá em favor do **MUNICÍPIO**, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da **FORNECEDORA**, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabível.

§ 3º - Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida será atualizada monetariamente.

§ 4º - A garantia somente será liberada após o termo da vigência deste contrato.

15ª - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

16ª - Todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, tributários, fretes, tarifas, descargas, transportes, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham incidir sobre o objeto do contrato são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

17ª - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nas compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18ª - Em caso de reclamação, a **CONTRATADA** deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MUNICÍPIO**, sempre via protocolo de entrega.

19ª - Caso a **CONTRATADA** não satisfaça suas obrigações, será notificada via protocolo, a qual servirá com prova da mora, e no caso de descumprimento do determinado ou reincidência sofrerá as penalidades previstas no presente instrumento e no edital de licitação.

20ª - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pelas consequências decorrentes de acidentes de trânsito e de trabalho eventualmente ocorridos.

Parágrafo Único: Tal responsabilidade refere-se a todos os termos e consequências que possam advir de um acidente, em especial a responsabilidade civil.

21ª - A **CONTRATADA** é a responsável pelos danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo



MUNICÍPIO DE VACARIA

órgão interessado.

22ª – Para fiscalização do presente contrato, o **MUNICÍPIO** designa o Diretor de Tecnologia e Informação, Sr. Alessandro Nélío Borges, ou outro servidor por este expressamente designado.

23ª – O **MUNICÍPIO** publicará súmula deste contrato na imprensa oficial.

24ª - Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria, RS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Vacaria, de de 2015.

ELÓI POLTRONIERI
Prefeito Municipal

Representante Legal da **CONTRATADA**

GILBERTO WOLSCHICK
Procurador-Geral do Município

Testemunhas:

Marcelo Ceron de Azevedo
Secretário Municipal de Gestão e Finanças

Alessandro Nélío Borges
Diretor de Tecnologia e Informação